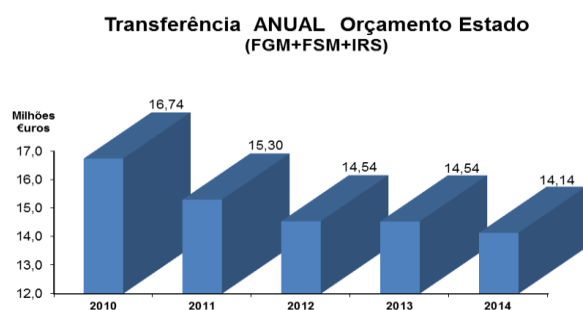
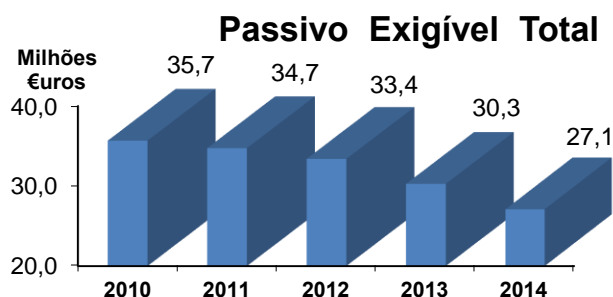


AC. EM CÂMARA

(02) RELATÓRIO DE ATIVIDADES E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CMVC E DOS SMSBVC:- Relativamente ao assunto indicado em título o Presidente da Câmara apresentou a proposta que seguidamente se transcreve:- "**PROPOSTA - RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CMVC E DOS SMBVC DO ANO DE 2014** - Relatório de Atividades e Conta de Gerência refere-se ao ano 2014, que inicia um novo mandato, tendo por base um conjunto de objetivos e projetos definidos pelo Executivo Municipal para os anos 2014/2017. No Plano de Atividades e Orçamento de 2014 foram evidenciadas quer a conjuntura económica e financeira do país, que interfere nos resultados municipais, quer a redução das transferências das verbas provenientes da Administração Central para as Autarquias, associadas á entrada em vigor da nova Lei das Finanças Locais. Este enquadramento financeiro desfavorável tem reflexos evidentes nas contas do Município, pois as reduções das transferências do Estado para o Município de Viana do Castelo, limitam a atividade municipal em muitos setores da sua atividade.

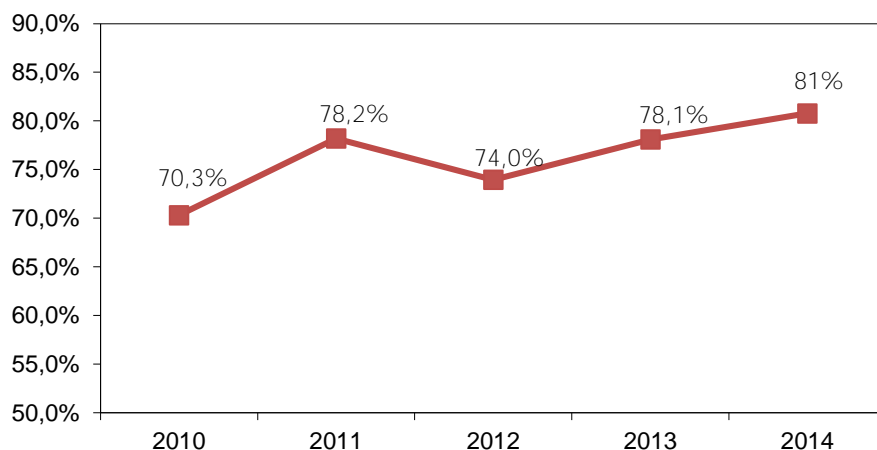


No período de 2010 a 2014, **o Município viu reduzido em cerca de 2,6 milhões de euros** as transferências diretas do Estado, cortes que representam, em média, 217 mil euros mensais, causando naturalmente grandes dificuldades na gestão financeira do Município. Apesar desta conjuntura desfavorável, **o Município de Viana do Castelo**, através de uma política rigorosa de contenção de custos, e de investimentos na eficiência energética e racionalização de meios, **tem conseguido aumentar a poupança corrente, com resultados muito satisfatórios no Passivo Exigível Total.**



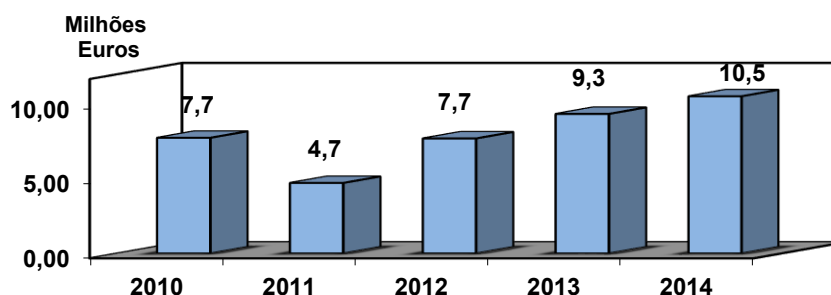
O Passivo Exigível Total (dívida curto, médio e longo prazo) do Município, **no período de 2010 a 2014, foi reduzido em 8,6 milhões de euros**, sem ter impedido o Município de continuar com os investimentos necessários nos setores sociais, nas infraestruturas e equipamentos municipais, aproveitando, todas, as oportunidades de apresentar candidaturas aos fundos comunitários. **A Taxa de Execução Orçamental**, de 81% em 2014, atingiu o valor mais elevado dos últimos 5 anos. Isto também significa um melhor trabalho de todos na programação das ações e atividades a realizar no âmbito das competências municipais.

Evolução Taxa Execução Orçamental



A Receita Própria do Município registou uma ligeira redução, comparativamente ao ano de 2013, registando o valor de 22,5 milhões de euros. No ano de 2014, manteve-se a tendência de crescimento da receita referente ao **Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)**, face às alterações na forma da coleta recentemente introduzidas. **A receita da Derrama** registou uma pequena queda, relativamente ao ano anterior, mas continua a evidenciar a boa saúde de muitas empresas do concelho e de algumas com forte vocação exportadora. **A receita do IMT** manteve a trajetória de descida, registada nos quatro anos anteriores, refletindo a forte correlação que este imposto tem com a difícil conjuntura económica e financeira que o País enfrenta. As receitas provenientes do licenciamento de obras registaram uma ligeira diminuição, relativamente ao ano anterior, justificada também pela política de incentivos do Município, na isenção de taxas na Reabilitação Urbana e na Instalação de novas empresas ou na requalificação/ampliação de empresas. Estes incentivos têm tido um papel importante na captação de novos investimentos, alguns de capital estrangeiro, e à criação de novos empregos. **A Despesa de funcionamento da Câmara Municipal**, em 2014, registou uma redução de 0,4 milhões de euros. **A Poupança Corrente**, este importante indicador, **registou novamente um aumento de 1,2 milhões de euros** em 2014, corolário da política de gestão criteriosa e de contenção de custos, implementada pelo Executivo Municipal.

EVOLUÇÃO POUPANÇA CORRENTE



O Município, no ano de 2014 alargou e reforçou as componentes sociais, para apoiar e prevenir situações de emergência de fragilidade económica e social de famílias e de instituições, que o agudizar da crise económica e social exigiram, com especial incidência nos apoios à população escolar dos jardins de infância e do 1º ciclo. Apesar dos sucessivos cortes nas transferências do Estado nas receitas do Município, entendemos que devíamos reforçar e motivar a atividade empresarial no concelho, pelo que durante o exercício de **2014 foi implementado um Programa de Incentivos e Apoio às Famílias e Atividades Económicas**:- ⇨No apoio às famílias na **Redução**

da **Taxa do IMI** no ano de 2014 de 0,38% para 0,37%, tendo o governo fixado para o mesmo ano a taxa máxima em 0,5%; ⇒ **Continuidade na redução de 50 % das taxas de urbanização na Reabilitação Urbana** e a **isenção de IMT** para equipamentos classificados e geradores de emprego no Centro Histórico; ⇒ **Manutenção das Isenções parciais ou totais das taxas de urbanização no Acolhimento Empresarial** (instalação de novas empresas ou unidades industriais), apoiando o investimento e emprego; ⇒ **Isenção total de taxas de licenciamento** e operações urbanísticas nos **Empreendimentos Turísticos** quer seja em obras de reabilitação ou construção, dinamizando o Turismo; ⇒ **Isenções de taxas de publicidade** e esplanadas na **Atividade Comercial apoiando o Comércio Tradicional**; ⇒ **Continuidade no apoio do financiamento de projetos de empreendedorismo**, através de programas como o **MVC FINICIA** e **Microcrédito, incentivando a criação de novas empresas e empregos**; O Executivo Municipal nas ações desenvolvidas em 2014 foi coerente com as **Opções do Plano de Atividades** apresentadas para esse ano, consolidando a sua ação e trabalho nos seguintes domínios:- ⇒ **Responder aos desafios em matéria de coesão social com o reforço do trabalho na Rede Social, no âmbito do desenvolvimento social e no apoio às instituições e famílias**; ⇒ **Estimular a fixação de novas empresas, promover o empreendedorismo através de instrumentos e programas para jovens, e reforçar os incentivos à atividade económica**; ⇒ **Reforçar a centralidade e atratividade de Viana do Castelo e Revitalizar o Centro Histórico, através de políticas integradas de regeneração urbana e mobilidade**; ⇒ **Valorizar o contributo das artes e da cultura na afirmação da identidade e da coesão territorial de Viana do Castelo**; ⇒ **Estruturar e desenvolver e apoiar o cluster das energias renováveis, da economia do mar, da metalomecânica, das madeiras, dos vinhos e dos produtos de base regional**; ⇒ **Promover a salvaguarda e valorização das áreas ambientais, costeiras e das frentes ribeirinhas**; ⇒ **Continuar a aposta, na competitividade do território e na afirmação de Viana do Castelo nos planos regional e da Euro - região Galiza / Norte de Portugal**; **DIMENSÃO TERRITORIAL** - O Programa **Polis Litoral Norte** através da Sociedade Polis Litoral candidatou as ações previstas em Pedra Alta, Amorosa, Cabedelo, Praia Norte, Praia de Carreço e Paçô e Praias de Afife, Arda e Ínsua. Neste momento encontram-se em curso diversas empreitadas deste programa na proteção costeira e valorização da orla costeira. A Câmara Municipal requalificou a **Rua Pedro Homem de Mello**, iniciou os trabalhos do novo **Quartel da GNR em Barroelas**, Reabilitação das Antigas **Escolas do Sião/Barroelas e Portelas/Perre** para funções culturais. Os Serviços Municipais realizaram nas freguesias intervenções de **reabilitação e pavimentação de arruamentos em 12.500 m²**, em Geraz do Lima e Deão, Barroelas/Carvoeiro, Castelo de Neiva, Alvarães, Vila de Punhe, Cardielos/Serreleis. Foram ainda reabilitados muitos quilómetros de estradas florestais ao longo de 2014. Os Serviços Municipalizados executaram obras de **alargamento e requalificação de redes de abastecimento de água e saneamento**, quer na área urbana (Centro Histórico e Darque) quer nas freguesias. **DIMENSÃO ECONÓMICA** - O Executivo tem dedicado especial atenção à **promoção e atratividade** de Viana do Castelo, apoios e incentivos aos nossos empresários na sua modernização e na internacionalização. Concluímos em 2014 com financiamentos comunitários as obras de infraestruturas das **Zonas Empresariais de Alvarães, Neiva e Lanheses**. Desta forma criamos condições para a instalação de novas unidades industriais e promovemos a criação de novos empregos. O início da atividade da Borgwarner, a ampliação da UMC, a ampliação da Browning, a ampliação da Serilusa, a ampliação da Fortissue, as reabilitações no centro histórico do Hotel Rali e Hotel Viana Sol. O programa de financiamento MVCFinicia em 2014 apoiou a instalação de 4 novas pequenas empresas, com o montante de 108.241 euros. A atividade de apoio do município associado ao programa de incentivos nos sectores da reabilitação urbana, permitiu mais 99 processos no concelho. O executivo municipal continuou a apostar no setor do turismo, no enoturismo e no turismo cultural, com ações de promoção nos mercados de proximidade (Região Norte e Galiza) e nas nossas comunidades da diáspora. **DIMENSÃO EDUCATIVA, SOCIAL E CULTURAL - A Rede Social Concelhia** desenvolveu ações solidárias e concretizou vários projetos e ações de apoio em articulação com as Comissões Sociais Inter- Freguesias, com especial incidência nas respostas a situações de emergência social, como as do Voluntariado Empresarial, Coração Solidário e outros. Foram apoiadas **Instituições de Solidariedade Social** através de protocolos de suporte e apoio às famílias em situação de precaridade económica, como também no apoio à construção e instalação de novas respostas sociais. O apoio do município à **ação social escolar**, permitiu compartilhar as despesas com refeições, com os transportes escolares e nas atividades extracurriculares. Concluíram-se as obras de eficiência energética nos **pavilhões Desportivos de Santa Marta de**

Portuzelo e de Monserrate e nas Piscinas Municipais. Terminou-se também a reabilitação do Pavilhão Mestre Luís Braga. Lançamos uma empreitada no final do ano para a **substituição das coberturas de fibrocimento nos jardins e escolas do 1º ciclo do concelho** que está em curso, prevendo-se a conclusão destas obras antes do início do ano letivo 2015/16. Continuamos a aguardar a abertura dos avisos para o financiamento da requalificação da EB 2,3 de Barroelas e da requalificação da Escola EB 1,2,3 Frei Bartolomeu dos Mártires. **O Centro de Mar** continua a afirmar-se a nível regional, nacional e internacional e constitui um grande centro de formação de jovens nas modalidades náuticas. Temos a praticar desportos náuticos 1.600 alunos das nossas escolas nas novas infraestruturas desportivas dos Centros de Surf, Remo, Vela e Canoagem. Iniciamos também em 2014 o ensino da natação aos alunos do 1º ciclo do Básico. A 16 de Novembro abriu-se no **Navio Gil Eannes o Centro de Interpretação e de Documentação do Mar**, com novos espaços museológicos e a reabilitação de grandes áreas do navio, propiciando aos mais jovens um contato com a cultura costeira e temas da sustentabilidade dos oceanos. O Município tem continuado o trabalho de conservação e valorização de património edificado concelhio como o **Museu de Artes Decorativas, o Edifício Vila Rosa e a Igreja de Santo António**, bem como apoiada a reabilitação de diverso património nas freguesias. **DIMENSÃO INSTITUCIONAL** - Iniciou-se em 2014 a atividade do Serviço de apoio ao Município que introduziu uma nova abordagem do município aos serviços municipais, com maior celeridade e condições de atendimento. O Executivo Municipal tem apostado nos serviços públicos de proximidade e tem reforçado a colaboração com as Juntas de Freguesia, com apoios na beneficiação da rede viária, melhoria de instalações culturais e desportivas, beneficiações de cemitérios, apoios a intervenções ambientais e na reabilitação de casas degradadas. A CIM do Alto Minho no âmbito da sua Estratégico Alto Minho 2020, apresentou candidaturas ao novo quadro comunitário para as DLBC's Costeiras, Rurais e Urbanas. Esperamos que no âmbito da contratualização das ITI's possamos incluir a Requalificação das Escolas, Ciclo Urbano da Água e Reabilitação Urbana. O Município continuou a participação em fóruns nacionais, regionais e internacionais, como a CIM do Alto Minho (Presidência), Rede de Cidades Saudáveis (Presidência da Mesa Assembleia), RETE - Cidades Portuárias (Vogais da Junta de Governo e Conselho Científico), Eixo Atlântico (Presidência da Mesa Assembleia), Associação Portuguesa Municípios com Vinho (Vogal da Direção), Rede Ibérica Transfronteiriça (Presidência da Direção), Coordenação da Representação Portuguesa no Comité das Regiões. **O Município continua a ver o seu trabalho reconhecido com a atribuição de prémios** que recompensam o esforço na recuperação do espaço público, no trabalho desenvolvido na promoção turística, na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e no reconhecimento público do esforço dos funcionários do município e dos serviços municipalizados – **Prémio Mérito Desportivo – Modalidade Vela**, pelas Federações Nacionais, **Prémio Melhor Município para Viver – projeto Voluntariado Empresarial**, Galardão aos SMSBVC “**Qualidade serviço saneamento de águas residuais urbanas**” e “**Selo de Qualidade Exemplar de água para consumo humano em 2014**”, ambos pela Entidade Reguladora Nacional. **Prémio “Concelho Mais Acessível-Projeto Viana Para Todos**”, pelo Instituto Nacional para a Reabilitação e **Galardão Bandeira Verde Município EcoXXI 2014, Prémio “Excelência Energética Ambiental – Mobilidade Sustentável**”, pela Agência Ambiente Área Alto Minho. **SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANEAMENTO BÁSICO** - **Os Serviços Municipalizados** tem registado uma melhoria constante na qualidade da água para consumo humano, que tem sido reconhecida pela Entidade Reguladora e tem incrementado um contínuo alargamento do serviço de saneamento básico pelo concelho. **A aposta em novas tecnologias** tem sido uma constante do SMBVC que estão na primeira linha de boas práticas da leituras e contadores inteligentes, na telemetria na redução de perdas e fugas. Fruto deste bom trabalho os SMBVC têm sido convidados para participarem em diversos Fóruns nacionais sobre a temática do Ciclo Urbano da Água, bem como em Congressos Internacionais. **Os SMBVC** têm continuado a desenvolver projetos e empreitadas de alargamento da rede de águas e de redes de saneamento, esperando poder contar com aprovações de fundos comunitários no atual quadro e no futuro Portugal 2020. **A evolução na recolha seletiva** e o incremento das frações valorizáveis tem sido aumentada, contribuindo para bons indicadores de desempenho municipal e do conjunto do Aterro Sanitário na Resulima. Este trabalho tem sido desenvolvido em parceria com as Juntas de Freguesia, com resultados expressivos de melhoria do serviço aos cidadãos. **Agradecimentos** - Em nome do Executivo Municipal agradeço a colaboração, profissionalismo e empenho demonstrado ao longo do ano de 2014, por todos os dirigentes e funcionários, colaboradores da Câmara e dos Serviços Municipalizados na causa do serviço público. (a) José Maria Costa.”. Concluída a apresentação,

registaram-se as intervenções dos Vereadores Helena Marques e Ilda Figueiredo que colocaram diversas questões técnicas que foram respondidas pelo ROC, Dr. Adérito Cardoso e pelo Chefe de Divisão Financeira, Dr. Alberto Rego. Finda a discussão, o Presidente da Câmara Municipal submeteu a votação, os Relatórios de Atividades e Documentos de Prestação de Contas da Câmara e dos Serviços Municipalizados, tendo-se registado o seguinte resultado:- quatro votos a favor, do Presidente da Câmara e dos Vereadores Ana Margarida Silva Luís Nobre e Maria José Guerreiro, três votos contra dos Vereadores Marques Franco, Helena Marques e Ilda Figueiredo pelo que foram os mesmos aprovados por maioria. Mais foi deliberado submeter os referidos documentos a apreciação da Assembleia Municipal e mandar remetê-los ao Tribunal de Contas, tudo de acordo com o disposto, nomeadamente, no Regime Jurídico instituído pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), conjugado com o artigo 33º, número 1, alínea c), da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e no número 1 do artigo 47º da Lei n.º 2/07, de 15 de Janeiro. Por último, foi ainda deliberado que os mencionados documentos não ficassem transcritos na acta, pelo que, depois de assinados por todos os Membros presentes da Câmara Municipal e por eles rubricados em todas as folhas, ficam arquivados na pasta anexa ao livro de actas, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei número 45.362, de 21 de Novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número 334/82, de 19 de Agosto. Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presentes o Presidente da Câmara e os Vereadores Ana Margarida Silva, Luís Nobre, Maria José Guerreiro, Marques Franco, Helena Marques e Ilda Figueiredo. Por último, foram apresentadas as seguintes declarações de voto:- **“DECLARAÇÃO DE VOTO DO PSD - CÂMARA DE VIANA DO CASTELO COM DÉFICE DE 31% -** Os vereadores do PSD votaram contra o relatório de contas de 2014 por questões essencialmente políticas, uma vez que não concordamos com as orientações estratégicas e de gestão financeira praticadas pelo Executivo com Pelouros, pois, no nosso entender não são as que melhor servem o município e a população. Por outro lado, estando agora as contas legalmente certificadas por um Revisor, não foi fornecido, pois não foram feitos, os Relatórios Semestrais (Junho e Dezembro) exigidos pela lei das Autarquias no seu artigo 77º, o que seria, uma Auditoria intermédia às contas do Município. Confirma-se igualmente nestes documentos, que a responsabilização dos vereadores sem pelouro, vai muito além da parte política, sendo estes responsabilizados por erros técnicos e formais. Nesse sentido, e cientes sempre das responsabilidades, verificamos que o município tem assumidos compromissos num montante de cerca de 60ME, contudo, efetivamente pagos, apenas cerca de 48ME. Ou seja, existem cerca de 12 M€ de compromissos assumidos e não pagos (imputados ao Exercício de 2014, a que acresce 3M€ para 2015), que não estão relevados no Passivo e Balanço do município. Também, aparece nas dívidas às freguesias um montante que não chega sequer a 5.000€, o que não coincide de facto com a realidade que vemos nas nossas visitas às freguesias, onde temos percebido que a obra executada e devidamente titulada, ultrapassa e muito este montante. Não podemos de forma alguma concordar com a imaginativa e criativa contabilidade demonstrada no texto de gestão do relatório, pois oculta dívida assumida que pela própria previsão do relatório de contas ascende para as freguesias a mais de 2ME. Nos valores das dívidas a terceiros aparecem igualmente refletidas dívidas a várias instituições de solidariedade, o que, tendo em conta a área social ser uma das apostas segundo o relatório de gestão, não é coerente, pois põe muitas vezes em risco a normal atividade das associações. Por último de realçar que só os fundos comunitários permitiram a concretização e o desbloqueio de muitas obras paradas no tempo. Por último da análise dos documentos não é perceptível aferir-se as reais contas do Centro Cultural e das Políticas de Estacionamento praticadas, com elevados custos para os munícipes. Não há assim

transparência suficiente, para que se perceba de forma analítica os reais custos de cada acção / actividade municipal. O PSD é contra um relatório de contas vazio de investimentos que potenciem a economia e o bem estar dos vianenses e que ao mesmo tempo, tratem as freguesias como filhos a quem as mesadas são prometidas mas muito tardiamente pagas. (a) Marques Franco; (a) Helena Marques.”. **DECLARAÇÃO DE VOTO DA CDU** - Há três razões fundamentais para o voto contra da CDU:- 1. Continuam a adiar-se obras essenciais para a melhoria das condições de vida de Viana do Castelo. São disso exemplo: as obras nos arruamentos em diversas zonas da cidade e das freguesias rurais, como na Quinta de Monserrate, a reparação de viadutos como na Areosa, as intervenções na construção das redes de águas pluviais, de passeios em arruamentos, de redes de saneamento, de construção de novos equipamentos ou recuperação de outros, designadamente nas áreas culturais e desportivas para apoio ao movimento associativo, incluindo a criação da Casa da Juventude e dos polos para o Museu do Mar, a adaptação do antigo matadouro, a dinamização e abertura ao público do parque da cidade, a criação do parque de skates, a resolução do problema de estacionamento, para já não falar de obras que, embora sendo de responsabilidade partilhada, continuam por começar, de que é exemplo, entre outros, a ligação rodoviária ao porto de mar ou a construção da nova Escola Frei Bartolomeu dos Mártires. 2. As heranças em termos de encargos assumidos e não pagos continuam muito elevadas e as dívidas a fornecedores, Juntas de Freguesia, Colectividades dificultam a resposta aos problemas das populações e dificultam a própria vida económica do concelho. 3. A decisão errada de concessão da produção de água do município de Viana do Castelo à empresa Aguas do Noroeste fica ainda mais clara quando se verifica, como acontece na página 13 do relatório dos SMSBVC de 2014, que a produção própria praticamente garantia o abastecimento de água ao município, já que a quantidade vendida a Ponte de Lima era superior ao volume de água adquirida à Empresa Águas do Noroeste. Foi uma decisão que a CDU contestou e que vai custar muitos milhões ao município de Viana do Castelo, o que vai sobrecarregar os munícipes. (a) Ilda Figueiredo.”. **DECLARAÇÃO DE VOTO DO PS** – O Relatório de Atividades e Conta de Gerência de 2014 evidencia a conjuntura económica e financeira do país, que interferiu nos resultados municipais, quer a redução das transferências das verbas provenientes da Administração Central para as Autarquias, associadas à entrada em vigor da nova Lei das Finanças Locais. No período de 2010 a 2014, o Município viu reduzido em cerca de 2,6 milhões de euros as transferências diretas do Estado, cortes que representam, em média, 217 mil euros mensais, causando naturalmente grandes dificuldades na gestão financeira do Município. Apesar destas dificuldades, no período de 2010 a 2014, a dívida do Município foi reduzida em 8,6 milhões de euros, sem ter impedido o Município de continuar com os investimentos necessários nos setores sociais, nas infraestruturas de águas e saneamento, e equipamentos desportivos, culturais e municipais, aproveitando de forma pró-ativa todas, as oportunidades de apresentar candidaturas aos fundos comunitários, sempre que houve oportunidades. A Taxa de Execução Orçamental, em 2014 atingiu o valor mais elevado, dos últimos 5 anos. Isto também significa um melhor trabalho de todos na programação das ações e atividades a realizar no âmbito das competências municipais. Teríamos uma melhor eficiência se os avisos de “overbooking” deste QREN tivessem sido abertos no início de 2014 e não no final de 2014, o que influenciou a tomada de decisão de lançamento de novas empreitadas. Regista-se também o parecer de acordo com a Lei, emitido pelo ROC, Revisor Oficial de Contas, que sem reservas atesta que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira dos Serviços Municipalizados e da Câmara Municipal de Viana do Castelo. (a) José Maria Costa; (a) Ana Margarida Silva; (a) Luís Nobre; (a) Maria José Guerreiro.”.

1 de Abril de 2015